

## Parecer nº 214/FEAM/URA SM - CAT/2024

PROCESSO Nº 2090.01.0028687/2024-61

Parecer Técnico de LAS nº 214/FEAM/URA SM - CAT/2024				
Nº Documento do Parecer Técnico vinculado ao SEI: 98414223				
PA COPAM Nº: 1366/2024		SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento		
EMPREENDEDOR:	Município de Ouro Fino	CNPJ:	18.671.271/0001-34	
EMPREENDIMENTO:	Distrito Industrial José Faria Neto	CNPJ:	18.671.271/0001-34	
MUNICÍPIO:	Ouro Fino	ZONA:	Urbana	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): WGS84	LAT/Y: 22°16'56"S		LONG/X: 46°24'34"O	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:				
• Não há incidência de critério locacional.				
CÓDIGO	PARÂMETRO	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
E-04-02-2	Área Total	Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:		
Giovana de Cássia Lino (Técnica em Meio Ambiente) Evaldo Muniz Franco (Técnico Agrícola em Agropecuária)		13146013690 CFTA: 03171546647		
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA	
Rogério Junqueira Maciel Villela - Analista Ambiental		1.199.056-1		
Kezya Milena Rodrigues Pereira Bertoldo – Assessora Ambiental		1.578.324-4		
De acordo: Eridano Valim dos Santos Maia - Coordenador de Análise Técnica Sul de Minas		1.526.428-6		



Documento assinado eletronicamente por **Eridano Valim dos Santos Maia**, **Diretor**, em 30/09/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kezya Milena Rodrigues Pereira Bertoldo**, **Servidor(a) Público(a)**, em 30/09/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Junqueira Maciel Villela**, **Servidor(a) Público(a)**, em 30/09/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **98155181** e o código CRC **52595D0B**.

---

**Referência:** Processo nº 2090.01.0028687/2024-61

SEI nº 98155181



### **Parecer Técnico de LAS nº 214/FEAM/URA SM - CAT/2024**

O empreendimento **Distrito Industrial José Faria Neto** pertence ao município de Ouro Fino e está situado à rodovia MG-290, Km 59, bairro Tijuco Preto, zona urbana do município de Ouro Fino.

Em 31/07/2024, formalizou junto à FEAM/URA Sul de Minas, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 1366/2024, para a atividade de “Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística” com **área total de 35,86 ha**.



Figura 1 - Localização do empreendimento. Fonte: SLA.

Conforme a DN 217/2017, a atividade “Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística” de código E-04-02-2 possui Potencial Poluidor e Porte **médios**, enquadrando o empreendimento como **Classe 3**.

Foram apresentadas a declaração de conformidade emitida pelo Município em 30/07/2024; Certificados de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal nº 8338094 e 5638949; matrículas dos imóveis nº 19.367, de 2,7 ha; nº 27.917, de 4,46 ha; nº 28.570, de 22,72 ha; nº 28.563, de 2,05 ha; nº 27.918, de 1,76 ha; e nº 27.919, de 0,89 ha; todas de propriedade do Município de Ouro Fino.

Foi apresentado documento contendo “justificativa de dispensa de critério locacional para supressão de vegetação nativa”, datada de 24/07/2024, no qual o Responsável Técnico (RT) pela declaração, o Técnico Agrícola em Agropecuária Evaldo Muniz Franco, CPF 031.715.466-47, afirma não ter ocorrido e que não haverá supressão de vegetação nativa na área do empreendimento, mas tão somente o corte de 7 árvores isoladas, já autorizadas pela AIA nº 2100.01.0000716/2024-71, emitida pelo NAR de Pouso Alegre em 15/07/2024, que também autorizou as intervenções em APP. O documento apresentado pelo RT atesta ter ocorrido, ainda, o corte de 60 espécies exóticas, sendo bambuzeiros e ciprestes, autorizados à época pelo CODEMA local, além de uma limpeza realizada em 2016, com a retirada de espécies invasoras com DAP inferior a 5 cm sobre o leito da via de acesso ao empreendimento.





O empreendimento conta com 2 fragmentos de remanescentes de vegetação nativa que não serão suprimidos, sendo um ao centro e outro na porção norte da rodovia, conforme RAS, páginas 4 e 5.

Segundo relatado na página 6 do RAS, a ocupação do imóvel foi iniciada há algumas décadas com as instalações das faculdades Asmec e Naiaof, batalhão da PM Ambiental, Rodoviária e Canil, todas em área consolidada. Posteriormente, a prefeitura realizou doações de 5 glebas, dentre elas as empresas Bognar, Água Viva Indústria e Comércio e Fátima Cristina Coelho EPP.

A cobertura do solo nas áreas ainda a serem ocupadas é composta por pastagem exótica.

De uma área total do imóvel de 35,8694 ha, a área parcelada possui 29,3181 ha, equivalente a 81,7% da área total. A tabela a seguir traz o quadro de áreas completo.

Tabela 1 - Distribuição das áreas do empreendimento. Fontes: RAS.

Descrição	Área (ha)	Proporção (%)
Lotes	11,8711	33,09
Ruas e calçadas	1,2803	3,55
Área verde	8,7302	24,34
APP	4,3648	12,17
Área de intervenção	0,2663	0,75
Área de compensação	0,2663	0,75
Outras	9,0904	25,35
Total	35,8694	100,00

A figura a seguir mostra a identificação das áreas descritas, sendo em amarelo as áreas de lotes cuja doação já fora realizada, e nas áreas restantes, sem qualquer marcação de cor, aquelas que ainda serão doadas, localizadas em área antropizada e identificadas na tabela 1 como “outras”.

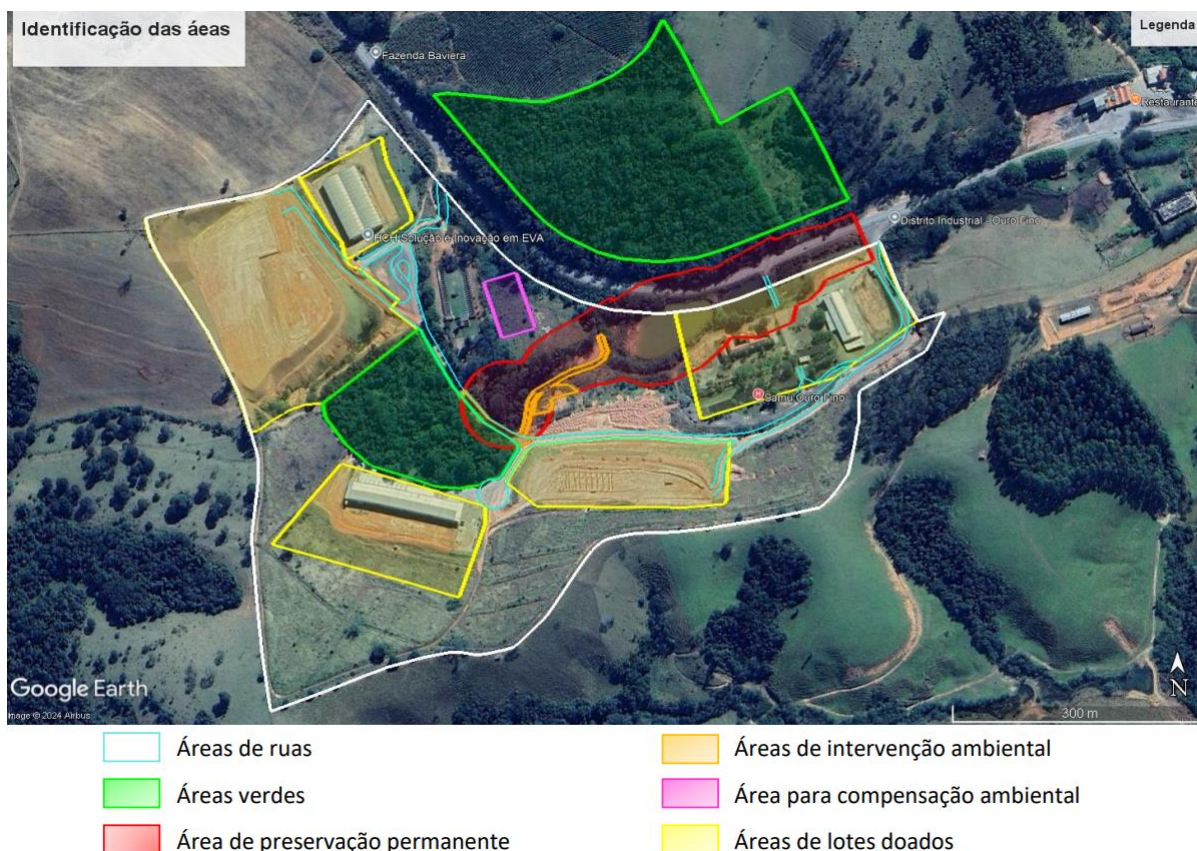


Figura 2 - Identificação das áreas. Fonte: SLA.



A energia elétrica é fornecida pela CEMIG, que já instalou a rede de distribuição no empreendimento. Na eventualidade de instalação de alguma empresa com demanda superior à já oferecida, será tratada de forma específica entre empresa e concessionária.

O abastecimento de água do empreendimento se dá mediante captações regularizadas da seguinte maneira:

- Certidão de Uso Insignificante nº 301458/2021 emitida em 06/12/2021, válida até 06/12/2024, para captação de 0,2 m³/h em cisterna situada nas coordenadas 21°16'45"S e 46°24'43"O, durante 10h/dia, totalizando 2 m³/dia;
- Certidão de Uso Insignificante nº 398447/2023 emitida em 26/05/2023, válida até 26/05/2026, para captação de 2,0 m³/h em cisterna situada nas coordenadas 22°16'57,46"S e 46°24'42,89"O, durante 5h/dia, totalizando 10 m³/dia;
- Certidão de Uso Insignificante nº 504107/2024 emitida em 23/09/2024, válida até 23/09/2027, para captação de 0,25 m³/h em cisterna situada nas coordenadas 22°16'51,8"S e 46°24'40,8"O, durante 24h/dia, totalizando 6 m³/dia;
- Certidão de Uso Insignificante nº 504112/2024 emitida em 23/09/2024, válida até 23/09/2027, para captação de 1 l/s de águas públicas de curso d'água sem denominação, afluente do ribeirão Ouro Fino, em barramento com 1.850 m³ de volume máximo acumulado, situado nas coordenadas 22°16'49"S e 46°24'28"O, durante 3h/dia;
- Portaria de Outorga nº 1802695/2023 emitida em 05/05/2023, válida até 12/08/2031, para captação de 0,168 m³/h em poço tubular situado nas coordenadas 22°16'57,88"S e 46°24'39,59"O, durante 16h/dia.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos, resíduos sólidos, e possibilidade de carreamento de sedimentos para as drenagens naturais.

Os efluentes líquidos de natureza sanitária recebem tratamento individualizado por cada lote, sendo adotado o sistema fossa, filtro e sumidouro ou caixa coletora cujos efluentes são periodicamente recolhidos por empresa especializada. Os efluentes industriais são tratados individualmente, sendo também de responsabilidade de cada empreendimento instalado ou a se instalar no distrito.

Os resíduos sólidos de natureza doméstica, como papel, plásticos e resíduos orgânicos, são armazenados temporariamente em cada empreendimento instalado no distrito até serem encaminhadas ao serviço de coleta municipal.

Para evitar o carreamento de sedimentos para as drenagens naturais, bem como o desenvolvimento de focos erosivos nos terrenos adjacentes, em decorrência da ação das águas pluviais, o empreendimento conta com estruturas de captação, condução e dissipação de energia das águas pluviais, composto por galerias confeccionadas com tubos de concreto com diâmetro de 60 cm na rede primária e 40 cm nas redes secundárias, poços de visita e caixas coletoras tipo boca de lobo instaladas a cada 55 metros lineares de rede.

O lançamento final da drenagem pluvial está dividido em 3 pontos de lançamento, sendo 2 de maior volume e 1 de menor volume. Nos pontos de maior volume, será necessário a melhoria do sistema de dissipação de energia, que será executada através do calçamento com pedras de mão e amarração de concreto. Já no ponto de menor lançamento será necessário a construção de uma bacia de



sedimentação para os materiais carreados. Essa bacia deverá suportar o volume de 50 m<sup>3</sup> e receber manutenção para retirada do material toda vez atingir 70% da sua capacidade de acumulação.

Neste sentido, figura como condicionante a apresentação de relatórios técnico-fotográficos comprovando a execução das medidas mencionadas, a fim de que garantam a efetividade do sistema, bem como as demais obras que vierem a ser executadas para finalização da instalação do empreendimento.

Fica o empreendedor responsável pelo distrito, isto é, o Município de Ouro Fino, obrigado a adotar sistema de drenagem que seja compatível com as declividades e áreas impermeabilizadas, bem como realizar manutenções periódicas, e encaminhar anualmente o relatório exigido na condicionante em anexo.

Ressaltamos que o licenciamento ambiental em tela trata do parcelamento do solo do distrito industrial em sua totalidade. Importante destacar que essa abordagem não exime os responsáveis pelos empreendimentos ali instalados (ou a se instalar futuramente) das suas obrigações individuais de regularização ambiental e implementação das medidas de controle necessárias.

Cada empreendimento instalado ou a se instalar no distrito, independentemente de sua natureza, deve assegurar que suas operações estejam em conformidade com os requisitos técnicos e legais previstos na legislação vigente, especialmente no que se refere à utilização de recursos hídricos e à geração de efluentes, sejam eles sanitários ou industriais. O cumprimento rigoroso dessas diretrizes é essencial para garantir a proteção ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais no local.

**Este Parecer Técnico não autoriza qualquer supressão de vegetação nativa ou intervenção em Área de Preservação Permanente.**

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento **Distrito Industrial de Ouro Fino** para a atividade “E-04-02-2 - Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística”, no município de **Ouro Fino**, pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

*Este Parecer Técnico foi elaborado com base nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo de licenciamento, sendo, portanto, o empreendedor e/ou consultores os únicos responsáveis pelas informações prestadas e relatadas neste Parecer.*



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Distrito Industrial de Ouro Fino

Item	Descrição da Condicionante	Prazo <sup>[1]</sup>
01	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a execução das obras de infraestrutura do distrito, como as relativas à pavimentação e sistema de drenagem pluvial, bem como outras que se fizerem necessárias.	Anualmente, durante a vigência da Licença Ambiental.

<sup>[1]</sup> Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

<sup>[2]</sup> Enviar anualmente à URA SM, até o último dia do mês subsequente ao aniversário da licença ambiental.

## IMPORTANTE

A condicionante disposta neste Parecer Técnico deve ser protocolada por meio de peticionamento intercorrente no Processo SEI! nº **2090.01.0028687/2024-61**. A mesma orientação se aplica aos possíveis pedidos de alteração ou exclusão de condicionantes.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.